

Divisão do ensino em ciclos causa polêmica

São Paulo mantém nova organização, Minas propõe mudanças e Bahia reavalia sistema

DEMÉTRIO WEBER
e IVANA MOREIRA

BRASÍLIA – Considerada pelo Ministério da Educação (MEC) como instrumento eficaz no combate à repetência e na melhoria da aprendizagem, a divisão do ensino fundamental (antigo 1.º grau) em ciclos de dois ou mais anos, em vez de séries anuais, provoca controvérsia no País. Enquanto o governo de São Paulo está convencido a manter a nova organização em sua rede, o de Minas quer voltar atrás e, na Bahia, já se pensa em reavaliar o sistema.

De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao ministério, pelo menos 16 Estados adotam os ciclos, ainda que 14 deles parcialmente. Mas é em Minas, onde os ciclos abrangem toda a rede estadual e o desempenho dos alunos deu ao Estado o primeiro lugar numa avaliação nacional, que a Secretaria da Educação quer voltar à seriação, ou seja, à aprovação e reprovação anuais. A palavra final, porém, caberá às escolas.

A decisão foi anunciada há duas semanas pelo novo secretário, o ex-ministro da Educação Murílio Hingel, deixando claro que a oposição do governo Itamar Franco ao presidente Fernando Henrique Cardoso não está restrita à área econômica. Na opinião de Hingel, que esteve à frente do MEC entre 92 e 94, quando Itamar era presidente, as estatísticas do sistema de ciclos – em que o aluno não é aprovado ou reprovado a cada ano e sim no fim de um período – estão longe de refletir a realidade. “Houve muita propaganda e manipulação de dados, mas a realidade é uma série de dramas e problemas”, diz o secretário.

O índice de aprovação em Minas, em 97, por exemplo, ficou em 86,5%, bem acima da média nacional, de 77,5%. E o desempenho dos alunos mineiros da 4.ª série submetidos ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do MEC,



Murílio Hingel: “Houve muita propaganda e manipulação de dados, mas a realidade é uma série de dramas”

no mesmo ano, deu ao Estado a liderança nacional, nas três provas realizadas: Português, Matemática e Ciências.

Com a atitude de Hingel, São Paulo passa a ser o único Estado do País a estruturar em ciclos, sem ressalvas, toda a rede de ensino. “Acho lamentável e precipitado acabar com os ciclos sem uma avaliação”, critica a presidente do Inep, Maria Helena de Castro. Para ela, a repetência tem um componente perverso, que é o de afetar a auto-estima do estudante e ampliar, ano após ano, a defasagem idade/série.

Avaliar – O secretário da Educação da Bahia, Eraldo Tinoco, quer avaliar o modelo dos ciclos, criado no ano passado para a 1.ª e 2.ª séries. “Quero saber o grau de conhecimento que os alunos estão incorporando”, diz o secretário baiano, que

foi ministro da Educação no fim do governo Collor, em 92. Tinoco persegue uma resposta para a seguinte questão: ao agrupar os conteúdos em períodos mais longos do que um ano, evitando assim interrupções abruptas ditadas pelo calendário, os ciclos resultam em melhorias curriculares e pedagógicas?

A decisão de Hingel preocupa a secretária de Ensino Fundamental do MEC, Iara Prado. “Minas teve o melhor desempenho no Saeb 97”, observa ela, lembrando que o sistema substituto da seriação é previsto na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Defensora dos ciclos, que seguem os princípios pedagógicos do MEC, Iara Prado esclarece, no entanto, que o sucesso do conceito depende de três medidas: as escolas precisam ter um projeto pedagógico detalhado, os alunos devem ser avaliados periodicamente e os profes-

res, treinados.

Esse é um dos pontos criticados por Hingel: “Não houve uma preparação adequada dos professores e das escolas”, diz ele. Além disso, segundo o ex-ministro, a falta de avaliação desmotivou professores – que se sentiram desautorizados por não poder atribuir notas –, e alunos, que deixaram de cumprir tarefas escolares por saber que não poderiam ser reprovados. Ciente desse risco, a Secretaria da Educação de São Paulo planejou por três anos a adoção do sistema. “Deixamos claro aos professores que os alunos precisariam continuar sendo avaliados”, declara o secretário-adjunto paulista Hubert Alquéres.

Em Pernambuco, o secretário Éfrem Maranhão vê com entusiasmo a idéia de adotar ciclos. “Assim, o professor pode acompanhar melhor o aluno”, observa ele, que é presidente do Conselho Nacional de Educação. A mesma intenção tem a secretária da Educação do governo petista do Rio Grande do Sul, Lúcia Camini. “Vamos fazer um amplo debate”, ressalva Lúcia.

**AVALIAÇÃO
NACIONAL DEU
PRIMEIRO LUGAR
A MINAS**

ARQUIVO AE/19/10/94